



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO		
OBJETO DA LICITAÇÃO:		
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL.		
VALOR ESTIMADO:		
R\$ 76.489,74 (setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).		
ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:		
https://www.licitanet.com.br/		
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
PREGÃO ELETRÔNICO	NOTA DE EMPENHO	
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	PRAZO DE ENTREGA	
SIM	20 Dias	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL
Menor Valor por Item	Aberto	SIM
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	E-MAIL	TELEFONE
https://ouopretodooeste.ro.gov.br/	dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br	69 99388-8742 (apenas msg)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO		17/06/2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)		09 H

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

1.2. A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

1.3. A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

1.4. As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouopretodoeste.ro.gov.br) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 2.5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.5.2.** A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**
- 2.5.2.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos
- 2.5.3.** Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 2.5.4.** Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.
- 2.6. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO), até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido,** nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.
- 2.6.1.** Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: **“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”**
- 2.6.2.** Nas licitações por **Sistema de Registro de Preço** ou por entregas parceladas, **a prioridade de aquisição será dos produtos das cotas reservadas**, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:**
- 2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de materiais comuns, amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresa(s) de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.9.1. A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

3.6.2. Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

edital:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência; ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

4.5. Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.

4.11. O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;

II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

Parágrafo único: *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

5.14.2. O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

5.14.3. O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

5.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

5.20.3. Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

5.20.4. Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.20.6. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificando que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;

6.2.1. Poderá haver a substituição das consultas citadas no item **6.2**, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

a viabilidade da execução contratual.

6.7.2. Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexecuibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

6.7.3. A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

6.7.4. Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexecuibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.5. Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

6.7.6. A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

6.7.7. Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

6.7.8. Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

6.7.9. Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

6.7.10. Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

6.8. *Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 465/2024 – Plenário).*

6.9. Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS

7.1. Disposições gerais

7.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

7.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão.

a.1) Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2) Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3) A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

7.4.2. Nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação para fornecimento de bens comuns, com entrega imediata e de baixa complexidade, fica dispensada a exigência de balanço patrimonial, mantendo-se apenas a exigência de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

7.4.2.1. A dispensa fundamenta-se na natureza do objeto (baixa complexidade); na inexistência de execução continuada; na entrega imediata e na redução do risco contratual. Dessa forma, a exigência de balanço patrimonial não se mostra necessária à verificação da capacidade do licitante, podendo restringir indevidamente a competitividade, em desconformidade com os princípios da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

7.5.1. Não será exigida qualificação técnica por meio de atestados, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, sendo suficiente a comprovação por meio de documentos técnicos do produto.

7.5.2. Poderá ser exigida a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem o atendimento às especificações do objeto.

7.6. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.15. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

7.16. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.17. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.18. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.18.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, podendo ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante e aceitação pelo Pregoeiro.

7.20.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.21. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.21.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.21.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.22. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):

7.22.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.22.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.22.3. Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022).

7.23. Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.24. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

7.24.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

7.24.2. Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

7.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.28. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.29. Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.4.1. a 7.6.7, deste edital)
11	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
Poderá ser exigida a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem o atendimento às especificações do objeto.	

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

NOTA EXPLICATIVA

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou contratado que:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado após encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida no Termo de Referência;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital ou Termo de Referência;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

9.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada, adulterada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos causados à Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.3.6. A reincidência do infrator.

9.4. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho, conforme o caso.

9.4.1. A definição do percentual da multa observará a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração, a vantagem auferida pelo infrator e a proporcionalidade da sanção aplicada.

9.4.2. A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

9.4.3. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

9.4.4. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho.

9.4.5. A multa poderá ser:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

9.4.5.1. Descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração;

9.4.5.2. Descontada da garantia contratual, quando houver;

9.4.5.3. Cobrada administrativamente ou judicialmente.

9.5. As sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a natureza e a gravidade da infração.

9.6. A aplicação de quaisquer sanções administrativas assegurará o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, observando-se o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos, preferencialmente estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até o julgamento pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

9.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.16. Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações e intimações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante ou contratado, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

9.16.1. Os endereços eletrônicos informados na proposta comercial serão considerados válidos para todos os efeitos legais, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações regularmente encaminhadas pela Administração.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema de licitações utilizado pelo Município (<https://www.licitanet.com.br>), em campo específico.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

10.5. Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

11.1.1. Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

11.1.2. Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

11.1.3. Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

11.1.4. Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo pregoeiro.

11.2. Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados com antecedência por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, para acompanhar a sessão reaberta, sendo de responsabilidade dos licitantes o



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

12.2. Parágrafo único. A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO

13.1. Após a homologação e adjudicação do certame, a contratação será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. O adjudicatário será convocado para retirar, aceitar ou confirmar o **recebimento da Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

13.3. A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, admitindo-se confirmação por correio eletrônico institucional, sistema eletrônico oficial ou assinatura digital, nos termos da legislação aplicável.

13.4. A emissão da Nota de Empenho formaliza a contratação administrativa e implica:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação do contratado ao Edital, ao Termo de Referência, à proposta vencedora e à legislação aplicável;
- III – Obrigação de execução do objeto nas condições, prazos e especificações estabelecidos;
- IV – Sujeição às hipóteses de sanções administrativas, alteração e extinção da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.5. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS

14.1. O fornecimento do objeto observará integralmente as condições, especificações técnicas, quantitativos, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

14.2. Os materiais deverão ser entregues de forma adequada, em perfeitas condições de uso, observadas as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora.

14.3. A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos materiais, arcando integralmente com os custos operacionais necessários ao cumprimento da contratação.

14.4. Os materiais deverão ser entregues nos prazos estabelecidos no Termo de Referência e/ou na Nota de Empenho emitida pela Administração.

14.5. O recebimento dos materiais será realizado por servidor designado pela Administração, mediante verificação de conformidade com as especificações e quantitativos contratados.

14.6. As condições detalhadas de entrega, incluindo local, prazo, forma de recebimento, especificações técnicas e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital para todos os fins.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O fornecimento do objeto será acompanhado e fiscalizado por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Termo de Referência.

15.2. Compete ao(s) servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento da contratação, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos:

I – Acompanhar e verificar a entrega dos materiais, observando a conformidade com o Termo de Referência, a proposta da contratada e a Nota de Empenho;

II – Verificar a qualidade, quantidade, especificações técnicas, acondicionamento e demais requisitos exigidos para o objeto;

III – Registrar ocorrências, falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados durante a execução da contratação;

IV – Solicitar correções, substituições ou complementações necessárias ao adequado fornecimento dos materiais;

V – Atestar o recebimento do objeto para fins de liquidação e pagamento;

VI – Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, quando atendidas as exigências da contratação.

15.3. O acompanhamento exercido pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, regularidade, adequação e cumprimento das obrigações assumidas.

15.4. A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, bem como adotar as medidas corretivas eventualmente determinadas para regularização do fornecimento.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Reserva Orçamentária, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Nota de Empenho e na legislação aplicável.

17.2. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado por servidor responsável pelo recebimento e acompanhamento da contratação.

17.3. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na contratação, conforme legislação aplicável.

17.4. O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta corrente de sua titularidade, observados os procedimentos administrativos e financeiros da Administração Municipal.

17.6. Eventuais glosas, retenções ou suspensões de pagamento poderão ocorrer nas hipóteses de descumprimento da contratação, irregularidades no fornecimento do objeto ou inconsistências na documentação apresentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

17.7. As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, documentação exigida e demais



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

requisitos, encontram-se estabelecidas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. As obrigações da contratada e da contratante encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital para todos os fins legais.

18.2. A execução da contratação deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações técnicas, quantitativos e demais exigências previstas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na Nota de Empenho.

18.3. Constituem obrigações da contratada, dentre outras previstas no Termo de Referência:

- I – Fornecer os materiais em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas na contratação;
- II – Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, carga, descarga e demais custos necessários ao fornecimento do objeto;
- III – Substituir, às suas expensas, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas;
- IV – Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- V – Cumprir as exigências de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e demais obrigações legais aplicáveis.

18.4. Constituem obrigações da contratante, dentre outras previstas no Termo de Referência:

- I – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos na contratação;
- II – Verificar a conformidade dos materiais fornecidos;
- III – Comunicar à contratada eventuais irregularidades verificadas no fornecimento;
- IV – Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

18.5. Eventuais omissões ou dúvidas relativas à execução do objeto serão resolvidas pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

19.3. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.

19.4. Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 36/2026

Processo Administrativo n. 0318/SEMSAU/2026

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

19.11. *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.*

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste, maio de 2026.

Francielli Luiza da S. Malaquias
Assessora Especial – SEMSAU





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	36	25/05/2026

ID: 1604878	Processo	Documento
CRC: C095CE4D		
Processo: 1-318/2026		
Usuário: Selmo da Costa Simoura		
Criação: 25/05/2026 12:09:50	Finalização: 25/05/2026 12:13:21	

MD5: **5DFEAE8907325F3BE0FE7A2A8858DB24**

SHA256: **446F5F35E2B2D0ED614C20D60D0899D62C261F032AC8CEC1F23060C132B3F08E**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico - 36/2026.

INTERESSADOS

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OURO PRETO DO OESTE	RO	25/05/2026 12:09:50
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

DEMANDA REF. PREPARO DE REFEIÇÕES - COZINHA DO HOSP. MUNICIPAL	25/05/2026 12:09:50
--	---------------------


ANEXOS

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA PROC. 0318/2026	25/05/2026	1604624
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PROC 0318/2026	21/05/2026	1601382
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA Proc. 0318/2026	21/05/2026	1601399

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	25/05/2026 12:14:16
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Francielli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	25/05/2026 12:23:39
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1604878 e o CRC C095CE4D.



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, critérios e exigências para a **aquisição de materiais destinados à biossegurança e ao apoio alimentar hospitalar**, visando atender às necessidades do Hospital Municipal e das demais unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, assegurando condições adequadas de funcionamento, higiene e suporte às atividades assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

1.2. Os recursos orçamentários destinados ao custeio da presente contratação estão previstos no Planejamento Anual de Contratações (PCA) e correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de biossegurança nos ambientes de atendimento e de assegurar o suporte material às atividades de preparo e distribuição de alimentação nas unidades de saúde, configurando-se como medida indispensável à manutenção da qualidade dos serviços prestados à população, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade e interesse público.

1.4. As especificações técnicas, quantitativos estimados e demais características dos itens a serem adquiridos encontram-se detalhados neste Termo de Referência, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UND	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
1	AMASSADOR DE BATATAS MÉDIO, CUBA INOX, PÉS TURBO AÇO 5/8, DESMONTÁVEL, DIMENSÕES MÍNIMAS: 54 X 31,5 X 42 CM	UND	3	76,60	229,80
2	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) EM SILICONE OU BORRACHA NITRÍLICA DE ALTA RESISTÊNCIA TÉRMICA, DESTINADO A PANEIS DE PRESSÃO COM CAPACIDADE DE 12 LITROS E PRESSÃO DE TRABALHO DE 80 KPA. REFERÊNCIA DE COMPATIBILIDADE: MODELO ETERNA OU EQUIVALENTE.	UND	6	38,94	233,64
3	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PAINEL DE PRESSÃO COM CAPACIDADE DE 7,5 LITROS, ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM, FABRICADO EM MATERIAL COMPATÍVEL COM SISTEMAS DE ALTA PRESSÃO. REFERÊNCIA DE COMPATIBILIDADE: MODELO TURBO TOP OU EQUIVALENTE.	UND	6	12,53	75,18
4	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PAINEL DE PRESSÃO EM AÇO INOX, CAPACIDADE 4,5 LITROS, FUNDO TRIPLO, COM DIÂMETRO COMPATÍVEL DE 22 CM.	UND	1	7,65	7,65
5	ANEL DE VEDAÇÃO (BORRACHA) PARA PAINEL DE PRESSÃO EM AÇO INOX, CAPACIDADE 6 LITROS, FUNDO TRIPLO, COM DIÂMETRO COMPATÍVEL DE 22 CM.	UND	6	5,33	31,98
6	ASSADEIRA RETANGULAR ALTA Nº 5, MEDIDAS MÍNIMAS: 33 X 46 X 6,5 CM	UND	2	75,42	150,84
7	BACIA GRANDE EM INOX Nº 60, DIÂMETRO MÍNIMO DE 57 X 18 CM, CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 LITROS	UND	3	60,47	181,41





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

8	BACIA MÉDIA EM INOX, DIMENSÕES MÍNIMAS: 34 X 36 CM, ALTURA MÍNIMA 9,5 CM, ALTA RESISTÊNCIA CONTRA OXIDAÇÃO, FÁCIL DE LIMPAR E ASSEPSIAR	UND	5	58,77	293,85
9	BORRACHA PARA VEDAÇÃO DE PAINEL DE PRESSÃO COM CAPACIDADE DE 2 LITROS	UND	2	6,07	12,14
10	BOTIJÃO TÉRMICO EM AÇO INOX 6 LITROS, CORPO E PAREDE INTERNA EM INOX, ALÇA E TAMPA EM POLIPROPILENO REFORÇADO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 23 X 21 X 24,5 CM.	UND	5	241,72	1.208,60
11	CAÇAROLA EM ALUMÍNIO POLIDO Nº 34, CAPACIDADE MÍNIMA 14 LITROS, DIMENSÕES MÍNIMAS: 34 X 16 CM	UND	2	186,95	373,90
12	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO COM TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 22 LITROS, COM ALÇA DE ALUMÍNIO	UND	2	156,03	312,06
13	CALDEIRÃO DE ALUMÍNIO COM TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 6,5 LITROS, COM ALÇA DE ALUMÍNIO.	UND	3	79,29	237,87
14	CANECÃO DE ALUMÍNIO 2 LITROS, COM ALÇA DE MADEIRA, ALTURA MÍNIMA 13 CM, DIÂMETRO MÍNIMO 17 CM, ESPESSURA MÍNIMA 3 MM	UND	3	59,93	179,79
15	CANECÃO DE ALUMÍNIO 4 LITROS, COM ALÇA DE MADEIRA, ALTURA MÍNIMA 16 CM, DIÂMETRO MÍNIMO 21 CM, ESPESSURA MÍNIMA 3 MM	UND	2	80,47	160,94
16	CONCHA DE ALUMÍNIO Nº 14, CAPACIDADE MÍNIMA 500 ML, COMPRIMENTO MÍNIMO 49 CM.	UND	2	43,22	86,44
17	CONCHA EM AÇO INOX, DIMENSÕES MÍNIMAS 30 X 9 X 2,5 CM, CAPACIDADE MÍNIMA 70 ML.	UND	5	19,00	95,00
18	CONCHA RASA DE METAL, COMPRIMENTO MÍNIMO 32 CM, LARGURA MÍNIMA 9,8 CM, ALTURA MÍNIMA 5 CM	UND	5	12,79	63,95
19	CORTADOR DE LEGUMES COM NAVALHAS E MACHO DE 10 MM, ALTURA MÍNIMA 62 CM, COM TRIPÉ, LÂMINAS INTERCAMBIÁVEIS DE 6, 8, 10 E 12 MM	UND	5	232,92	1.164,60
20	CORTADOR DE LEGUMES GRANDE COM TRIPÉ, CORPO EM ALUMÍNIO FUNDIDO, FACAS EM AÇO INOX, DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 0,65 M, COMPRIMENTO 0,78 M.	UND	2	308,37	616,74
21	CUSCUZEIRA EM AÇO INOX, COM TAMPA E ALÇAS, CAPACIDADE MÍNIMA 2,2 LITROS.	UND	5	88,30	441,50
22	DESCASCADOR DE LEGUMES EM INOX, LÂMINA ÚNICA, CABO ERGONÔMICO, COMPRIMENTO MÍNIMO 18 CM	UND	5	19,44	97,20
23	DESCASCADOR DE LEGUMES EM LIGA DE ZINCO, DIMENSÕES MÍNIMAS 18 X 7 X 7 CM.	UND	5	23,80	119,00
24	DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO TIPO ROLÃO (MÍNIMO 300 M); MATERIAL EM PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA; COR BRANCA OU PADRÃO DA UNIDADE; SISTEMA DE FECHAMENTO COM CHAVE DE SEGURANÇA; VISOR PARA CONTROLE DE REPOSIÇÃO; SISTEMA QUE EVITE TRAVAMENTO DO PAPEL; FIXAÇÃO EM PAREDE COM KIT DE INSTALAÇÃO INCLUSO; COMPATÍVEL COM PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; INDICADO PARA USO HOSPITALAR.	UND	98	77,03	7.548,94
25	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (TIPO ZIG-ZAG OU SIMILAR); MATERIAL EM PLÁSTICO ABS	UND	185	59,53	11.013,05



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

	RESISTENTE; COR BRANCA OU PADRÃO DA UNIDADE; CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 FOLHAS; SISTEMA DE ABERTURA COM CHAVE; VISOR FRONTAL PARA CONTROLE DE REPOSIÇÃO; SISTEMA QUE PERMITA RETIRADA FOLHA A FOLHA EVITANDO DESPERDÍCIO; FIXAÇÃO EM PAREDE COM KIT COMPLETO; COMPATÍVEL COM PADRÃO HOSPITALAR; FÁCIL LIMPEZA E REPOSIÇÃO.				
26	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO OU ÁLCOOL GEL; MATERIAL EM PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA; COR BRANCA OU PADRÃO DA UNIDADE; ACIONAMENTO MANUAL POR PRESSÃO OU AUTOMÁTICO POR SENSOR; CAPACIDADE MÍNIMA DE 800 ML; RESERVATÓRIO COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO; VISOR FRONTAL PARA CONTROLE DE NÍVEL; SISTEMA DE ABERTURA COM CHAVE DE SEGURANÇA; FIXAÇÃO EM PAREDE COM KIT DE INSTALAÇÃO INCLUSO; COMPATÍVEL COM REFIL OU RESERVATÓRIO ABASTECÍVEL; FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; ADEQUADO PARA USO HOSPITALAR.	UND	376	75,97	28.564,72
27	ESCORREDOR DE MASSAS INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,5 LITROS, COM ALÇAS GRANDES.	UND	2	55,79	111,58
28	ESCORREDOR DE MASSAS INDUSTRIAL EM AÇO INOX, CAPACIDADE MÍNIMA DE 6,5 LITROS, COM ALÇAS GRANDES.	UND	2	81,59	163,18
29	ESCUMADEIRA DE ALUMÍNIO MÉDIO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 35,5 CM DE COMPRIMENTO X 9,2 CM DE DIÂMETRO.	UND	5	56,79	283,95
30	ESCUMADEIRA Nº 10 EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 35,5 CM DE COMPRIMENTO X 15 CM DE DIÂMETRO.	UND	3	58,43	175,29
31	FACA AÇOUQUE EM INOX 10 POLEGADAS, DIMENSÕES MÍNIMAS: 38,5 X 4,8 X 2,2 CM.	UND	4	35,02	140,08
32	FACA AÇOUQUE EM INOX 7 POLEGADAS, LÂMINA MÍNIMA 17,5 CM, CABO MÍNIMO 12,6 CM	UND	4	31,36	125,44
33	FACA AÇOUQUE EM INOX, LÂMINA MÍNIMA 20 CM, MATERIAL AÇO INOX DE ALTA QUALIDADE	UND	4	41,63	166,52
34	FACA CHEF EM AÇO INOX, LÂMINA MÍNIMA 20,3 CM, ESPESSURA MÍNIMA 2 MM	UND	3	34,66	103,98
35	FACA PARA PÃO EM AÇO INOX, DIMENSÕES MÍNIMAS 26 X 2 X 2 CM, 10 POLEGADAS	UND	5	31,90	159,50
36	FRIGIDEIRA EM ALUMÍNIO BATIDO Nº 28, DIÂMETRO MÍNIMO 28 CM, ALTURA MÍNIMA 6 CM, CAPACIDADE MÍNIMA 2,2 LITROS	UND	4	73,67	294,68
37	FRIGIDEIRA FUNDA ANTIADERENTE COM TAMPA, DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 6,8 CM, DIÂMETRO 28 CM, COMPRIMENTO 48 CM, CAPACIDADE MÍNIMA 3 LITROS	UND	4	75,15	300,60
38	GARRAFA TÉRMICA EM INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 1 LITRO, SISTEMA DE PRESSÃO	UND	6	100,83	604,98
39	GARRAFA TÉRMICA EM INOX, CAPACIDADE MÍNIMA 2 LITROS, SISTEMA DE PRESSÃO	UND	5	138,25	691,25
40	JARRA COM TAMPA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE MÍNIMA 1 LITRO	UND	20	9,70	194,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

41	JARRA COM TAMPA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE MÍNIMA 2 LITROS	UND	20	12,60	252,00
42	JARRA COM TAMPA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE MÍNIMA 3,7 LITROS	UND	10	13,77	137,70
43	LIMA CHATA COM CABO, COMPRIMENTO MÍNIMO 200 MM	UND	5	23,41	117,05
44	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO, COPO 4 LITROS, POTÊNCIA MÍNIMA 448 W, 127 V	UND	2	465,33	930,66
45	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO, COPO MÍNIMO 2 LITROS, 127 V	UND	2	394,10	788,20
46	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL ALTA ROTAÇÃO, COPO MÍNIMO 6 LITROS, 127 V	UND	3	673,58	2.020,74
47	MINI BANDEJA PLÁSTICA, DIMENSÕES MÍNIMAS 30 X 15 CM, RESISTENTE A MICRO-ONDAS, FREEZER E LAVA-LOUÇAS	UND	70	13,75	962,50
48	ORGANIZADOR BAIXO, CAPACIDADE MÍNIMA 13,5 LITROS	UND	5	66,67	333,35
49	ORGANIZADOR BAIXO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 LITROS	UND	3	81,96	245,88
50	ORGANIZADOR BAIXO, CAPACIDADE MÍNIMA 6 LITROS	UND	6	20,01	120,06
51	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, CAPACIDADE MÍNIMA 11 LITROS	UND	2	181,77	363,54
52	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 LITROS	UND	2	220,33	440,66
53	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, CAPACIDADE MÍNIMA 5,9 LITROS	UND	3	181,96	545,88
54	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO, CAPACIDADE MÍNIMA 7 LITROS	UND	3	231,43	694,29
55	PANELA DE PRESSÃO 2 LITROS: PANELA DE PRESSÃO COM SISTEMA DE FECHAMENTO EXTERNO DE ALTA PERFORMANCE, CAPACIDADE DE 2 LITROS, COM VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, VÁLVULA DE SEGURANÇA EM SILICONE, ALÇAS EM BAQUELITE RESISTENTES AO CALOR E PINO DE ALÍVIO. REFERÊNCIA DE COMPATIBILIDADE: MODELO TURBO OU EQUIVALENTE.	UND	2	63,69	127,38
56	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS: PANELA DE PRESSÃO COM SISTEMA DE FECHAMENTO EXTERNO DE ALTA PERFORMANCE, CAPACIDADE DE 20 LITROS, COM VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, VÁLVULA DE SEGURANÇA EM SILICONE, ALÇAS EM BAQUELITE RESISTENTES AO CALOR, PINO DE ALÍVIO E SISTEMA DE SEGURANÇA LATERAL DA TAMPA. REFERÊNCIA DE COMPATIBILIDADE: MODELO TURBO OU EQUIVALENTE.	UND	2	529,84	1.059,68
57	PANELA DE PRESSÃO 7,5 LITROS, ESPESSURA MÍNIMA 3 MM	UND	3	192,89	578,67
58	PANELA DE PRESSÃO EM INOX 4,5 LITROS, FUNDO TRIPLO, DIÂMETRO MÍNIMO 22 CM	UND	2	277,63	555,26
59	PANELA DE PRESSÃO EM INOX 6 LITROS, FUNDO TRIPLO, DIÂMETRO MÍNIMO 22 CM	UND	4	296,12	1.184,48
60	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL COM CAPACIDADE DE 12 LITROS, CORPO EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA, PRESSÃO MÍNIMA DE TRABALHO DE 80 KPA, EQUIPADA COM VÁLVULAS DE SEGURANÇA E ALÇAS ANTITÉRMICAS.	UND	4	494,00	1.976,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

	REFERÊNCIA DE COMPATIBILIDADE: MODELO ETERNA OU EQUIVALENTE.				
61	PEGADOR DE MACARRÃO EM AÇO INOX, DIMENSÕES MÍNIMAS 20,6 X 6,5 X 4,9 CM.	UND	6	32,36	194,16
62	PENEIRA EM AÇO INOX, DIÂMETRO MÍNIMO 21 CM	UND	3	29,01	87,03
63	PENEIRA EM AÇO INOX, DIÂMETRO MÍNIMO 7 CM	UND	3	5,66	16,98
64	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 1 LITRO	UND	20	18,15	363,00
65	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 2,5 LITROS	UND	3	21,11	63,33
66	POTE PLÁSTICO COM TAMPA, CAPACIDADE MÍNIMA 5 LITROS.	UND	20	25,74	514,80
67	RALADOR 6 FACES EM AÇO INOX, ALTURA MÍNIMA 23 CM.	UND	6	36,09	216,54
68	TÁBUA DE CORTE EM POLIETILENO, DIMENSÕES MÍNIMAS 50 X 100 CM.	UND	2	179,05	358,10
69	TIGELA EM PORCELANA BRANCA COM TAMPA PLÁSTICA, CAPACIDADE MÍNIMA 600 ML.	UND	200	21,13	4.226,00
TOTAL GERAL R\$					76.489,74
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$					0,10

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

2. FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se no disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, 18 e 28, no que couber, da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público, continuidade do serviço público e supremacia do interesse coletivo.

2.1.2. A demanda encontra-se formalizada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e devidamente analisada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que identificou a necessidade de aquisição de materiais de consumo destinados à biossegurança e ao apoio alimentar hospitalar, definindo a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

2.1.3. A contratação está regularmente inserida no planejamento da Administração Pública, em consonância com o Plano de Contratações Anual (PCA), possuindo previsão orçamentária e estando alinhada às competências institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. Descrição da Necessidade

2.2.1. A Secretaria Municipal de Saúde necessita realizar a aquisição de materiais de consumo destinados à biossegurança e ao apoio alimentar hospitalar, visando atender às demandas do Hospital Municipal e das demais unidades de saúde.

2.2.2. A necessidade decorre da obrigatoriedade de manutenção de condições adequadas de higiene, controle sanitário e suporte às atividades operacionais das unidades de saúde, sendo imprescindível para:



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

- a) garantir ambientes seguros e adequados para atendimento aos usuários e atuação dos profissionais de saúde;
- b) assegurar a correta higienização das mãos e dos espaços assistenciais;
- c) viabilizar o preparo, acondicionamento e distribuição de alimentação nas unidades de saúde;
- d) manter padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos nos serviços de saúde.

2.2.3. Ressalta-se que os materiais em questão possuem natureza de consumo contínuo, estando sujeitos à reposição periódica em razão do uso regular nas rotinas das unidades, sendo os estoques insuficientes para assegurar o atendimento ininterrupto das demandas operacionais.

2.3. Justificativa da Necessidade da Contratação (Interesse Público)

2.3.1. A contratação é necessária, legítima e diretamente vinculada ao interesse público, uma vez que visa garantir condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde, assegurando a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados à população.

2.3.2. A ausência ou insuficiência dos materiais de biossegurança e de apoio alimentar compromete diretamente:

- a) as condições sanitárias dos ambientes de atendimento;
- b) a segurança de pacientes e profissionais de saúde;
- c) o adequado funcionamento das rotinas assistenciais;
- d) a qualidade dos serviços ofertados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3.3. Sob a perspectiva administrativa, a contratação justifica-se para:

- a) garantir o regular abastecimento das unidades de saúde;
- b) permitir o adequado planejamento e controle de consumo dos materiais;
- c) evitar descontinuidade dos serviços e riscos operacionais;
- d) reduzir a necessidade de contratações emergenciais, geralmente menos vantajosas para a Administração;
- e) promover a economicidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

2.3.4. Dessa forma, a contratação não se configura como mera conveniência administrativa, mas como medida indispensável para assegurar o funcionamento regular da rede municipal de saúde e a adequada prestação dos serviços públicos à coletividade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. Descrição da solução como um todo

3.1.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais de consumo destinados à biossegurança e ao apoio alimentar hospitalar, por meio de procedimento licitatório, visando atender às necessidades do Hospital Municipal e das demais unidades de saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

3.1.2. A solução foi definida com base no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que identificou a aquisição de bens como a alternativa mais adequada, eficiente e economicamente viável, considerando a natureza padronizada dos itens e a disponibilidade no mercado fornecedor.

3.1.3. A contratação será estruturada de forma a garantir o fornecimento contínuo e conforme a demanda, com julgamento por item, permitindo maior competitividade, ampliação da participação de fornecedores e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

3.2. Especificação do objeto

3.2.1. As especificações técnicas, unidades de fornecimento e quantitativos dos itens a serem adquiridos serão detalhados em item próprio deste Termo de Referência, devendo contemplar, no mínimo:





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

- ✓ Descrição clara e objetiva dos materiais;
- ✓ Padrões mínimos de qualidade;
- ✓ Dimensões, características e funcionalidades, quando aplicável;
- ✓ Condições de fornecimento e acondicionamento.

3.2.2. Os itens deverão atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, bem como aos padrões usuais de mercado, garantindo qualidade, durabilidade e adequação às finalidades a que se destinam.

3.2.3. A solução caracteriza-se como aquisição de bens comuns, não envolvendo desenvolvimento, customização ou fabricação sob encomenda, sendo os produtos amplamente disponíveis no mercado.

3.3. Ciclo de vida do objeto

3.3.1. A solução foi estruturada considerando as etapas do ciclo de vida dos materiais, compreendendo:

a) **Aquisição e fornecimento:** Seleção de fornecedor(es) por meio de procedimento licitatório, com fornecimento conforme condições estabelecidas no instrumento contratual.

b) **Transporte e entrega:** Responsabilidade da contratada quanto ao transporte adequado dos materiais, garantindo integridade, conservação e entrega nos locais indicados pela Administração.

c) **Recebimento e conferência:** Realização de recebimento provisório e definitivo, com verificação de conformidade quanto às especificações, quantidades e condições dos itens fornecidos.

d) **Armazenamento:**

Acondicionamento em locais adequados, observando boas práticas de organização, higiene e conservação.

e) **Distribuição e utilização:** Distribuição às unidades de saúde conforme a demanda, sendo os materiais utilizados nas rotinas de higienização, biossegurança e apoio às atividades de alimentação.

f) **Monitoramento e controle:**

Acompanhamento do consumo, controle de estoque e verificação da adequação dos materiais fornecidos.

g) **Substituição:**

Obrigações da contratada de substituir, às suas expensas, materiais em desacordo com as especificações, defeituosos ou avariados.

h) **Descarte e destinação final:**

Realização de descarte adequado dos materiais inutilizados ou inservíveis, conforme normas ambientais e sanitárias aplicáveis, quando cabível.

3.4. Exigências associadas à solução

3.4.1. A solução compreende, além do fornecimento dos materiais, cumprimento dos prazos e condições de entrega; garantia da qualidade e conformidade dos produtos; substituição de itens em desconformidade; atendimento às rotinas de fiscalização e controle da Administração e observância às normas de sustentabilidade e boas práticas ambientais, quando aplicável.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

3.5. Síntese da solução

3.5.1. A solução adotada é simples, padronizada, tecnicamente adequada e amplamente disponível no mercado, estando estruturada para assegurar o abastecimento contínuo das unidades de saúde; a manutenção de condições adequadas de biossegurança; o suporte às atividades de alimentação nas unidades; a eficiência administrativa na gestão dos materiais e o uso racional e transparente dos recursos públicos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO

4.1. Modalidade, forma e enquadramento legal

4.1.1. A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, por se tratar de fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Justificativa da escolha do Pregão Eletrônico

4.2.1. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pela maior celeridade processual, pela ampliação da competitividade e pela possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante disputa pública de lances.

4.2.2. O ambiente eletrônico favorece a participação de fornecedores de diversas localidades, promovendo isonomia, transparência e eficiência na condução do certame.

4.3. Classificação do objeto como bem comum

4.3.1. O objeto da contratação é classificado como bem comum, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente disponível e fornecido por diversos agentes econômicos.

4.3.2. As especificações e requisitos de aceitação serão estabelecidos no edital e neste Termo de Referência, de forma clara, objetiva e suficiente à adequada compreensão pelos licitantes.

4.4. Critério de julgamento e aceitabilidade das propostas

4.4.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e demonstrada a exequibilidade da proposta.

4.4.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas e condições de fornecimento;
- b) apresentem vícios que comprometam seu julgamento;
- c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado, conforme critérios definidos no edital.

4.5. Parcelamento do objeto

4.5.1. A contratação será realizada com parcelamento por itens, visando ampliar a competitividade, possibilitar a participação do maior número possível de licitantes e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.5.2. O parcelamento mostra-se tecnicamente viável, tendo em vista a natureza divisível do objeto e a inexistência de prejuízo ao conjunto da solução.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade, considerando as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e nas normas aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

4.6.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos que atendam a padrões de qualidade ambiental, durabilidade e menor impacto ambiental, desde que tais exigências não restrinjam indevidamente a competitividade.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

4.7. Indicação de marcas e modelos

4.7.1. Na proposta, o licitante deverá indicar a marca, o modelo e/ou a identificação comercial do material ofertado, exclusivamente para fins de verificação de conformidade técnica e rastreabilidade do fornecimento, vedada qualquer exigência que implique direcionamento.

4.7.2. Para fins de análise técnica, poderá ser solicitada ao licitante mais bem classificado a apresentação de documentação técnica do produto, tais como fichas técnicas, prospectos, vídeos, catálogos, laudos, certificados, relatórios de caracterização e outros documentos equivalentes, desde que pertinentes ao objeto e previstos no edital, com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações exigidas.

4.8. Exigência de amostras

4.8.1. Não será exigida apresentação de amostras, considerando a natureza padronizada do objeto e a possibilidade de verificação da conformidade por meio de especificações técnicas e análise documental, sem prejuízo da fiscalização no recebimento.

4.9. Subcontratação

4.9.1. Não se aplica subcontratação ao presente objeto, por se tratar de aquisição de bens, sendo o contratado integralmente responsável pelo fornecimento dos itens, pela qualidade dos produtos e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

4.10. Carta de solidariedade

4.10.1. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, por não se tratar de contratação que envolva fornecimento exclusivo, tecnologia específica ou necessidade de garantia técnica vinculada ao fabricante, de modo a preservar a competitividade do certame.

4.11. Garantia da contratação

4.11.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a baixa complexidade, o reduzido valor estimado e a natureza do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Condições de entrega

5.1.1. O objeto deste certame consiste na entrega do material, em parcela única, no prazo de até **20 (vinte) dias** corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, no endereço abaixo indicado:

Local de Entrega	Endereço	Dias e horários
Almoxarifado Municipal	Rua Martinho Lutero nº 606, Bairro Alvorada - Ouro Preto do Oeste / RO – CEP: 76920-000	Segunda a Sexta-feira das 07h30 às 13h30 (exceto nos feriados)
E-MAIL	almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br	

5.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, apresentando as devidas justificativas.

5.2.1. A eventual prorrogação de prazo dependerá de análise e aceitação pela Administração, sendo admitida apenas em situações devidamente justificadas, especialmente nos casos de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação aplicável.

5.3. Responsabilidade pelo transporte e entrega

5.3.1. Todos os custos decorrentes da entrega do objeto, inclusive frete, transporte, carga, descarga e demais encargos logísticos, serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.3.2. A entrega deverá ocorrer com a disponibilização de todos os meios necessários à descarga e movimentação dos materiais até o local indicado, não cabendo à Administração o fornecimento de mão de obra ou equipamentos para essa finalidade.



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

5.4. Recebimento provisório

5.4.1. O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa, mediante atesto no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no documento de transporte, devidamente datado e assinado.

5.5. Conformidade com a proposta

5.5.1. Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes da proposta apresentada pela contratada, especialmente quanto à marca, modelo e características técnicas.

5.5.2. Eventuais substituições somente serão admitidas mediante justificativa formal e prévia anuência da Administração.

5.6. Recebimento definitivo

5.6.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas estabelecidas.

5.7. Substituição por inconformidade

5.7.1. Constatada qualquer irregularidade ou incompatibilidade, os materiais deverão ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

5.7.2. O prazo para substituição não será considerado como prorrogação do prazo de entrega originalmente pactuado.

5.7.3. O objeto substituído estará sujeito às mesmas condições de verificação e aceitação previstas neste Termo de Referência.

5.8. Responsabilidade pela qualidade

5.8.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, adequação e segurança dos materiais fornecidos.

5.8.2. A contratada deverá sanar, sem ônus adicional, quaisquer irregularidades identificadas durante a utilização dos materiais, dentro do prazo de garantia aplicável.

5.9. Padrão de qualidade

5.9.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade, atendendo integralmente às especificações técnicas e às finalidades a que se destinam.

5.9.2. Caso sejam identificados defeitos ou inadequações durante o uso, a contratada deverá promover a substituição dos itens, inclusive realizando a intermediação junto ao fabricante, quando necessário.

5.10. Garantia da Contratação, Manutenção e Assistência Técnica

5.10.1. Aplica-se ao objeto o prazo de garantia legal previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10.2. Nos casos cabíveis, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10.2.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.10.3. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade exigidos pelo órgão responsável em cada item especificado neste termo de referência, que deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para este município, até o efetivo atendimento das referidas propostas.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

5.10.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato (ou equivalente), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

5.10.5. Todo material que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da notificação a ser emitida pela CONTRATANTE.

5.10.6. As condições de garantia deverão observar, além da legislação aplicável, as especificações técnicas do fabricante e as exigências constantes do Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Instrumento de formalização da contratação

6.1.1. A contratação será formalizada exclusivamente por meio de Nota de Empenho, a qual substituirá o instrumento contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, a entrega imediata e a ausência de obrigações futuras continuadas.

6.1.2. A Nota de Empenho fará as vezes de instrumento contratual, vinculando-se integralmente às disposições do edital, deste Termo de Referência e da proposta vencedora, obrigando as partes ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas.

6.2. Gestão e fiscalização da contratação

6.2.1. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por agente(s) público(s) formalmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.2. A gestão e fiscalização observarão as diretrizes de governança das contratações públicas do Município, incluindo mecanismos de controle e acompanhamento da execução.

6.3. Atribuições

6.3.1. Compete ao gestor da contratação:

- a) acompanhar a execução global da contratação;
- b) adotar providências para correção de falhas ou irregularidades;
- c) promover o registro das ocorrências relevantes.

6.3.2. Compete ao fiscal da contratação:

- a) verificar o cumprimento das especificações técnicas;
- b) acompanhar a entrega e recebimento dos materiais;
- c) atestar a conformidade para fins de recebimento definitivo;
- d) comunicar irregularidades ao gestor.

6.4. Registro e controle

6.4.1. As ocorrências relacionadas à execução da contratação deverão ser registradas formalmente, assegurando rastreabilidade, transparência e controle administrativo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo representante do Almoxarifado Municipal, para fins de conferência quantitativa, mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no documento de transporte, devidamente datado e assinado.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

7.1.2. Após o recebimento provisório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizada a verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência, na Nota de Empenho e na proposta vencedora.

7.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações exigidas, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

7.1.3.1. Os itens substituídos estarão sujeitos às mesmas condições de verificação e aceitação, somente sendo considerados definitivamente recebidos após a comprovação de conformidade.

7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto, podendo ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa, por igual período, quando houver necessidade de diligências técnicas.

7.1.5. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade, quantidade ou especificações, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração proceder à aceitação parcial da parcela incontroversa.

7.1.6. O prazo para saneamento de inconsistências identificadas na execução do objeto não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequação dos bens fornecidos, devendo esta sanar quaisquer irregularidades identificadas durante o período de garantia.

7.2. Antecipação de pagamento

7.2.1. Não será admitida a antecipação de pagamento na presente contratação.

7.3. Cessão de crédito

7.3.1. Não será admitida a cessão de crédito decorrente desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei e previamente autorizadas pela Administração.

8. LIQUIDAÇÃO

8.1. Procedimentos de liquidação da despesa

8.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo para fins de liquidação da despesa, observado o rito administrativo interno da Administração, nos termos do **Decreto Municipal nº 17.862/2024**.

8.1.2. O prazo para liquidação observará a complexidade da verificação administrativa, podendo ser prorrogado mediante justificativa, quando necessário à adequada conferência da documentação e do objeto.

8.2. Verificação para fins de liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar:

- a) a regularidade formal da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- b) a correspondência entre o objeto entregue e o recebido definitivamente;
- c) a conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora;
- d) a existência de atesto do recebimento definitivo pelo fiscal da contratação.

8.2.2. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá conter, no mínimo:

- a) data de emissão;
- b) identificação do fornecedor;
- c) identificação da Administração contratante;
- d) descrição do objeto fornecido;
- e) valor total da cobrança;
- f) destaque de eventuais retenções tributárias, quando cabível.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

8.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo ficará sobrestado até a regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após a correção, sem ônus para a Administração.

8.3. Condições para a liquidação

8.3.1. A liquidação da despesa ficará condicionada:

- a) ao recebimento definitivo do objeto;
- b) à conformidade do fornecimento com as especificações estabelecidas;
- c) à regularidade da documentação fiscal apresentada.

8.3.2. A liquidação observará, ainda, a regularidade fiscal da contratada, quando exigível, nos termos da legislação vigente.

8.4. Disposições complementares

8.4.1. A liquidação será realizada por entrega efetivamente concluída e devidamente recebida, com base na documentação comprobatória e no atesto da fiscalização.

8.4.2. O procedimento de liquidação não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades identificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável e deste Termo de Referência.

9. PAGAMENTO

9.1. Prazo para pagamento

9.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de finalização da liquidação da despesa (atesto definitivo)

9.1.2. A Administração observará a ordem cronológica de pagamento das obrigações, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, respeitadas as fontes de recursos e a natureza das despesas.

9.1.3. O pagamento somente será realizado após o cumprimento integral das condições de recebimento definitivo, liquidação da despesa e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

9.2. Atualização monetária por atraso de pagamento

9.2.1. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre a data final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização.

9.2.2. A atualização monetária será calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo.

9.2.3. Não será devida atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável à CONTRATADA.

9.3. Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

9.3.2. Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que for efetivada a ordem bancária pela Administração.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

9.4. Retenções tributárias

9.4.1. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

9.4.2. Caberá à CONTRATADA indicar na Nota Fiscal os tributos eventualmente incidentes, conforme a legislação aplicável.

9.4.3. A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional deverá comprovar essa condição para fins de aplicação do regime tributário diferenciado.

9.5. Condições para liberação do pagamento

9.5.1. O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, bem como ao cumprimento das obrigações contratuais.

9.5.2. A Administração poderá realizar consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou exigir a apresentação da documentação pertinente, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

9.5.3. Constatada irregularidade, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério da Administração.

9.6. Suspensão ou sustação de pagamento

9.6.1. O pagamento poderá ser suspenso quando houver erro na Nota Fiscal, inadimplemento contratual ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, reiniciando-se o prazo após a regularização.

9.6.2. A Administração poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) fornecimento em desacordo com as especificações;
- b) pendências na execução contratual;
- c) aplicação de penalidades administrativas;
- d) existência de débitos da CONTRATADA com a Administração, quando legalmente cabível.

9.6.3. Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.7. Disposições finais sobre pagamento

9.7.1. Não será admitido pagamento antecipado.

9.7.2. Não haverá incidência de encargos financeiros quando o atraso no pagamento decorrer de culpa exclusiva da CONTRATADA.

9.7.3. Eventuais valores devidos à Administração poderão ser compensados com créditos da CONTRATADA, nos termos da legislação aplicável.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

10.1. Obrigações gerais de fornecimento

10.1.1. Fornecer os materiais objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, unidades de fornecimento, padrões de qualidade e preços registrados, bem como nas quantidades efetivamente solicitadas pela Administração.

10.1.2. Realizar a entrega dos materiais nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e na ordem de fornecimento, em perfeitas condições de uso e qualidade.

10.2. Comunicação e cumprimento de prazos

10.2.1. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis do vencimento do prazo de entrega, a ocorrência de fato que possa comprometer o cumprimento da obrigação, apresentando justificativa fundamentada.

10.2.2. A comunicação não implica aceitação automática de prorrogação, a qual dependerá de análise e manifestação da Administração.

10.3. Responsabilidades e encargos

10.3.1. Assumir integral responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações decorrentes da execução do objeto.

10.3.2. Arcar com os ônus decorrentes de eventuais equívocos na elaboração da proposta, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

10.4. Qualidade, conformidade e substituição

10.4.1. Garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos, em observância às especificações e normas aplicáveis.

10.4.2. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, os materiais que apresentem vícios, defeitos ou estejam em desacordo com as especificações.

10.5. Documentação e regularidade

10.5.1. Apresentar a documentação fiscal necessária para fins de recebimento, liquidação e pagamento, conforme exigências legais.

10.5.2. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

10.6. Responsabilidade por danos

10.6.1. Ressarcir integralmente a Administração e/ou terceiros por danos decorrentes de sua atuação na execução do objeto.

10.6.2. A responsabilidade da CONTRATADA subsiste independentemente da fiscalização exercida pela Administração.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

10.7. Aceitação e representação

10.7.1. Aceitar e retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

10.7.2. Indicar representante para interlocução com a Administração, assegurando comunicação eficiente durante a execução contratual.

10.8. Observância das normas

10.8.1. Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, deste Termo de Referência e dos instrumentos contratuais.

10.8.2. Atender às determinações da Administração relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com as condições pactuadas.

10.9. Comunicação documental

10.9.1. Encaminhar a documentação fiscal e demais documentos necessários por meio dos canais oficiais indicados pela Administração:

saude@ouopretodoeste.ro.gov.br;

almoxarifado@ouopretodoeste.ro.gov.br

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Obrigações gerais da Administração

11.1.1. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, o edital e os instrumentos que formalizarem a contratação.

11.1.2. Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias à adequada execução do objeto, observados os limites estabelecidos neste Termo de Referência.

11.2. Providências administrativas

11.2.1. Emitir a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme a demanda e disponibilidade orçamentária.

11.2.2. Encaminhar à CONTRATADA a ordem de fornecimento ou documento equivalente contendo as informações necessárias à execução do objeto.

11.3. Fiscalização e acompanhamento

11.3.1. Receber e conferir os materiais fornecidos e a documentação apresentada, verificando sua conformidade com as especificações e condições estabelecidas.

11.3.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento por meio de servidor(es) designado(s), podendo recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, os materiais em desacordo com o estabelecido.

11.3.3. Registrar as ocorrências verificadas durante a execução e adotar as providências necessárias à sua regularização.

11.4. Comunicação e medidas administrativas

11.4.1. Notificar a CONTRATADA sobre falhas ou irregularidades constatadas, fixando prazo para correção, quando cabível.

11.4.2. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no edital, assegurado o contraditório e a ampla defesa.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

11.5. Pagamento

11.5.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, após o recebimento definitivo e a regular liquidação da despesa.

11.6. Limitação de responsabilidade

11.6.1. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes de sua atuação.

11.7. Observância dos princípios administrativos

11.7.1. A Administração atuará em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. Forma de seleção do fornecedor

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços (no caso de utilização desse sistema).

12.1.2. O certame observará as fases, regras e instrumentos próprios do Pregão Eletrônico, assegurados os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e eficiência.

12.2. Critério de julgamento das propostas

12.2.1. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos definidos no edital, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e formais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

12.2.2. No caso de critério de menor preço GLOBAL, considera-se preço global aquele resultante da soma dos valores correspondentes aos itens que compõem o objeto, conforme a estrutura de preços definida no instrumento convocatório.

12.3. Composição e apresentação da proposta

12.3.1. A proposta deverá conter a descrição clara e precisa dos produtos ofertados, com indicação das marcas/modelos (no caso de material) e demais características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com o objeto licitado.

12.3.2. A proposta de preços deverá discriminar, conforme exigido no edital:

- a) os preços unitários, por unidade de fornecimento;
- b) os valores totais, resultantes da multiplicação dos quantitativos estimados pelos respectivos preços unitários;
- c) o valor global da proposta, correspondente à soma dos valores totais dos itens.

12.3.3. Os preços apresentados deverão ser compatíveis com as especificações técnicas, com as condições de fornecimento previstas neste Termo de Referência e com os valores praticados no mercado, observada a exequibilidade da proposta.

12.4. Aceitabilidade das propostas

12.4.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos;
- b) apresentem preços compatíveis com o mercado e com a estimativa elaborada pela Administração;
- c) sejam exequíveis e compatíveis com as condições de fornecimento e execução previstas.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

12.4.2. A análise de aceitabilidade das propostas observará critérios objetivos, previamente definidos no edital, vedado o julgamento subjetivo ou discricionário.

12.5. Hipóteses de desclassificação

12.5.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas, formais ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios ou defeitos que dificultem ou impeçam o julgamento objetivo;
- c) não atendam às características mínimas do objeto descritas neste Termo de Referência;
- d) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, conforme critérios definidos no edital.

12.6. Disposições complementares

12.6.1. A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos da legislação aplicável.

12.6.2. O julgamento das propostas observará estritamente os critérios definidos no edital e neste Termo de Referência, assegurando igualdade de condições entre os licitantes.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Disposições gerais

13.1.1. A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. As exigências foram definidas de forma proporcional e estritamente necessária ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a competitividade.

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.2.1. Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em site eletrônico oficial;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) **Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

13.3.2. Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.4.1. A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2 Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

a.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

13.4.2. Nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação para fornecimento de bens comuns, com entrega imediata e de baixa complexidade, fica dispensada a exigência de balanço patrimonial, mantendo-se apenas a exigência de certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

13.4.2.1. A dispensa fundamenta-se na natureza do objeto (baixa complexidade); na inexistência de execução continuada; na entrega imediata e na redução do risco contratual. Dessa forma, a exigência de balanço patrimonial não se mostra necessária à verificação da capacidade do licitante, podendo restringir indevidamente a competitividade, em desconformidade com os princípios da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

13.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.5.1. Não será exigida qualificação técnica por meio de atestados, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, sendo suficiente a comprovação por meio de documentos técnicos do produto.

13.5.2. Poderá ser exigida a apresentação de catálogos, fichas técnicas, manuais ou documentos equivalentes que comprovem o atendimento às especificações do objeto.

14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

14.1. Condições gerais de participação

14.1.1 Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

14.1.1.1. A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

14.1.2. O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

14.1.3. As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais

14.2.1. Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

14.2.2. Nos casos cabíveis, **será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido**, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

14.2.3. A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

14.3. Vedações à participação





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

14.3.1. Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992, quando configurada a tentativa de burla à sanção;
- e) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- g) que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se caracteriza como fornecimento de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou vulto relevante, sendo plenamente exequível por empresas isoladamente, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União;
- h) estrangeiras que não funcionem no País;
- i) que não possuam sede ou operação regular compatível com o objeto da contratação.

14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo

14.4.1. É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação;
- b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

14.4.2. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Constituição Federal, da Súmula Vinculante nº 13 do STF e da legislação correlata.

14.4.3. Nos termos do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do objeto contratado, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do órgão contratante.

15. PENALIDADES

15.1. As infrações administrativas e sanções aplicáveis à presente contratação observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 155 a 163, bem como as disposições previstas no Edital e na minuta contratual.

15.2. A aplicação das sanções observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da legislação vigente.

16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1. Valor estimado da contratação





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

16.1.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 76.489,74 (setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos)**, correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, conforme tabela de estimativa constante neste Termo de Referência.

16.1.2. O valor estimado tem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição do procedimento licitatório e à análise de vantajosidade das propostas.

16.2. Metodologia de formação da estimativa

16.2.2. A estimativa do valor da contratação foi apurada com base em pesquisa de preços de mercado, realizada pelo setor competente (**Depto. de Pesquisa de Preços**), de forma a assegurar uma análise ampla e criteriosa dos valores praticados, em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021** e com as orientações aplicáveis à Administração Pública.

16.3. Parâmetros de pesquisa de preços

16.3.1. Para a composição da estimativa, foram considerados, sempre que disponíveis e aplicáveis, os seguintes parâmetros:

- a) consulta ao Painel de Preços e ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) contratações similares realizadas pela Administração Pública nos últimos 12 (doze) meses;
- c) pesquisa em mídia especializada, tabelas de referência ou sítios eletrônicos confiáveis;
- d) pesquisa direta com fornecedores, quando necessária;
- e) consulta à base nacional de notas fiscais eletrônicas, quando disponível.

16.4. Tratamento dos dados e formação do preço

16.4.1. Na formação da estimativa, foram adotados critérios técnicos para análise dos dados coletados, incluindo a identificação e desconsideração de valores atípicos ou inexequíveis; priorização de preços mais recentes e a compatibilização entre diferentes fontes de pesquisa, de modo a assegurar a obtenção de valores compatíveis com o mercado.

16.5. Finalidade da metodologia

16.5.1. A metodologia adotada tem por finalidade mitigar distorções de preços, assegurar a fidedignidade da estimativa e garantir a seleção da proposta mais vantajosa, observados os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Conforme o disposto no art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a indicação da dotação orçamentária, para cobrir as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria demandante.

17.2. As despesas serão suportadas pelas seguintes classificações orçamentárias, sem prejuízo de outras que venham a ser utilizadas, conforme necessidade e disponibilidade

ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Saúde - SEMSAU
PROGRAMA	10.302.0030.2045.0000 / 10.301.0031.3003.0000 / 10.302.0030.2045.0000
ELEM. DE DESPESAS	3.3.90.30.00 / 4.4.90.52
FONTE DE RECURSOS	1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos / 2.600 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal / 2.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos
FICHA Nº	229 / 490 / 607

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam mantidas as condições de habilitação exigidas no certame;



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

- b) não haja prejuízo à execução do objeto;
- c) sejam preservadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e na Nota de Empenho;
- d) haja anuência prévia da Administração, mediante análise da documentação apresentada.

18.2. A alteração subjetiva não poderá resultar em modificação das condições da proposta vencedora nem em prejuízo à Administração.

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. Base legal

19.1.1. O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelos decretos e normas regulamentares municipais aplicáveis.

19.2. Casos omissos

19.2.1. Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital, do contrato e da Ata de Registro de Preços (quando for o caso).

19.3. Aceitação das condições

19.3.1. A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

19.4. Adjudicação

19.4.1. A adjudicação do objeto poderá ocorrer para um ou mais fornecedores, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no certame.

19.5. Condutas vedadas e responsabilidades

19.5.1. A recusa injustificada, tácita ou expressa, do fornecedor registrado em atender às solicitações de fornecimento regularmente formalizadas pela Administração, quando caracterizada a obrigação assumida, sujeita o infrator às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

19.6. Informações e esclarecimentos

19.6.1. Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo, ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: saude@ouropretodoeste.ro.gov.br.

20. DO FORO

20.1. Solução administrativa prévia

20.1.1. As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência, do edital, deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

20.2. Foro competente

20.2.1. Não sendo possível a solução administrativa das controvérsias, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 318/SEMSAU/2026

20.3. Encerramento e aprovação

20.3.1. À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo correspondente e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência é aprovado, pelo gestor da pasta, autorizando-se a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

Ouro Preto do Oeste/RO, maio de 2026.

Jordânia de Oliveira dos Reis
Agente de Apoio Administrativo/SEMAD/DCL
Elaboração

Analisado e Aprovado por:

Francielli Luiza Silva Malaquias
Assessora Especial SEMSAU





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA	PROC. 0318/2026	25/05/2026

ID: 1604624	Processo	Documento
CRC: B58F37CE		
Processo: 1-318/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 25/05/2026 10:50:38	Finalização: 25/05/2026 10:51:39	

MD5: **EB56264E5B33B262DACBCAC458E9EC83**

SHA256: **EA0863B1E0BD1EF6D2F22BE94F3620DBE86526B2E149BDAD065B11ED32FF935D**

Súmula/Objeto:

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA - PROC. 0318/2026

INTERESSADOS

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OURO PRETO DO OESTE	RO	25/05/2026 10:50:38
--	---------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

DEMANDA REF. PREPARO DE REFEIÇÕES - COZINHA DO HOSP. MUNICIPAL	25/05/2026 10:50:38
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 36	25/05/2026	1604878
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Francieli Luiza Silva Malaquias

Assessor Especial da SEMSAU

25/05/2026 12:23:38

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1604624 e o CRC B58F37CE.



ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

DECLARAÇÃO UNIFICADA

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

NOTA EXPLICATIVA

Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.

Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.

Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO	PROC 0318/2026	21/05/2026

ID: 1601382	Processo	Documento
CRC: A40A7708		
Processo: 1-318/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 21/05/2026 11:23:05	Finalização: 21/05/2026 11:24:11	

MD5: **E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724**

SHA256: **B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328**

Súmula/Objeto:

ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA - PROC 0318/2026

INTERESSADOS

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OURO PRETO DO OESTE	RO	21/05/2026 11:23:05
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

DEMANDA REF. PREPARO DE REFEIÇÕES - COZINHA DO HOSP. MUNICIPAL	21/05/2026 11:23:05
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 36	25/05/2026	1604878
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Francieli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	21/05/2026 11:27:51
---	------------------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1601382 e o CRC A40A7708.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA

CNPJ

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta:

Chave PIX:

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

CPF:

Cargo:

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA	Proc. 0318/2026	21/05/2026

ID: 1601399	Processo	Documento
CRC: 27946720		
Processo: 1-318/2026		
Usuário: Edvaldo Carlos Alves Bedelegate		
Criação: 21/05/2026 11:24:24	Finalização: 21/05/2026 11:25:09	

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA - Proc. 0318/2026

INTERESSADOS

SEMSAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OURO PRETO DO OESTE	RO	21/05/2026 11:24:24
--	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

DEMANDA REF. PREPARO DE REFEIÇÕES - COZINHA DO HOSP. MUNICIPAL	21/05/2026 11:24:24
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 36	25/05/2026	1604878
--------------------------------	------------	---------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Francieli Luiza Silva Malaquias	Assessor Especial da SEMSAU	21/05/2026 11:27:51
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br informando o ID 1601399 e o CRC 27946720.